

Prisão para quem usar menor em crime

Comissão de Direitos Humanos do Senado aprova projeto de Mercadante que combate prática comum no crime organizado: a utilização de menor em atos delituosos. Ação do Congresso contra violência é destacada por Renan



Mercadante, Demostenes e Lúcia Vânia participam de reunião na Comissão de Direitos Humanos. Renan destaca trabalho do Congresso Nacional



Os adultos que utilizam menores na prática de crimes podem cumprir até 15 anos de prisão. A medida é prevista em projeto de lei do senador Aloizio Mercadante aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos. Essa pena pode ser dobrada se a criança ou adolescente morrer. A proposta, aprovada em caráter terminativo, é uma série de medidas em favor da segurança pública adotada pelo Senado.

Páginas 2 a 4

Efraim faz balanço e vê Legislativo mais perto da sociedade

Situado entre os maiores programas de inclusão digital do país, o Interlegis foi um dos pontos do balanço do trabalho da 1ª Secretaria do Senado, feito ontem da tribuna por Efraim Morais. **Página 4**



"Buscamos o estreitamento dos laços entre Legislativo e sociedade", diz Efraim

Projeto ataca o trabalho escravo

Empresa ou pessoa que usa trabalho escravo pode ser impedida de obter empréstimos em banco oficial ou de participar de licitação, conforme projeto aprovado por comissão do Senado. **Página 5**

Maciel propõe fidelidade partidária

Mandatos parlamentares podem passar a pertencer aos partidos, e não mais aos eleitos. Proposta nesse sentido foi apresentada ontem pelo senador Marco Maciel. **Página 8**

Debate sobre o PAC terá ministros e governadores

O debate sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 7 de março, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, deve ter a presença de três ministros e governadores. Além de Dilma Rousseff (Casa Civil), convidada anteriormente, foram chamados à audiência pública os ministros Guido Mantega (Fazenda) e Paulo Bernardo (Planejamento). O convite aos ministros é de iniciativa do presidente da comissão, Marconi Perillo. **Página 7**



Marconi (sentado, ouvindo Marco Maciel) preside a Comissão de Infra-Estrutura

Segundo presidente do Senado, preocupação da Casa em impedir uso de menores por organizações criminosas vem de 2002, com a aprovação da política nacional antidrogas

Renan destaca mobilização do Congresso na luta contra violência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou o esforço comum das duas Casas do Congresso Nacional em torno da aprovação de medidas que busquem verdadeiramente preservar a sociedade de ações criminosas que envolvam crianças e adolescentes.

Renan destacou que, em 2002, o Senado já havia acolhido, no contexto do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, o aumento de pena de um sexto a dois terços para os casos em que organizações criminosas e de tráfico de drogas utilizem menores e adolescentes para a prática de delitos. O modelo proposto naquela época resultou na Lei



Renan aplaude mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente aprovada na CDH

11.343, de 2006.

O presidente do Senado também considerou extremamente positiva a aprovação ontem pelos integrantes da Comissão de

Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de forma unânime e em caráter terminativo, do projeto de lei (PLS 118/03) de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que insere artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente com a finalidade de definir como crime a indução de menor a praticar crime. A matéria segue para apreciação da Câmara dos Deputados.

Nessa mesma direção, o Plenário da Câmara aprovou ontem o projeto de lei do deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) que dobra a pena para os crimes praticados com a participação de menores de 18 anos. O projeto será enviado para análise do Senado.

Câmara aumenta rigor na punição por crime hediondo

Assim como o Senado, a Câmara também mobilizou esforços esta semana no sentido de amenizar o problema da violência no Brasil e aprovou diversas propostas que aumentam o rigor no combate à criminalidade.

A primeira matéria acolhida (PL 6.793/06) disciplina o direito à progressão de pena do condenado por crime hediondo, tornando mais rígidas as regras para a obtenção do benefício. Pelo texto, o apenado terá de cumprir dois quintos da pena no regime fechado para poder pedir a progressão para o regime semi-aberto, e não um sexto, como ocorre com aqueles que cometem outros tipos de

crime. Se for reincidente, deverá cumprir três quintos da pena. A Câmara dos Deputados enviará a proposta ao Senado.

O projeto foi enviado ao Congresso pelo Executivo quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional o dispositivo da Lei dos Crimes Hediondos que não permitia ao condenado obter a progressão do regime fechado para regimes menos rigorosos.

Outra proposta acatada na Câmara (PL 7.225/06) faz parte do Pacote de Segurança Pública encaminhado pelo Senado em 2006. De autoria do senador César Borges (PFL-BA), o texto

estabelece como falta grave o fato de o preso possuir, utilizar ou fornecer aparelho telefônico ou de radiocomunicação. Isso dificultará a obtenção de vantagens, como o direito ao indulto de Natal. No substitutivo aprovado pelos deputados – o que faz o projeto retornar para análise no Senado, já que foi modificado –, o texto torna mais explícita a proibição do uso desses aparelhos.

Ainda conforme a proposta, o diretor de penitenciária na qual for constatada a existência de telefone em poder de detentos poderá ser responsabilizado por crime de omissão. A pena será de detenção de três meses a um ano.

Senado avança na busca de medidas para conter aliciamento de menores

No Senado, a segurança pública está sendo tratada por meio de proposições legislativas e da criação de um fórum específico para o debate sobre a autonomia dos estados para legislar sobre a questão. Ontem, foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa, projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para definir como crime a utilização de crianças e adolescentes na prática de delitos (veja matéria na página 3).

– O Congresso precisa se posicionar com sentimento de justiça – avaliou Aloizio Mercadante (PT-SP), autor da proposta.

Na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), deve ser votado o relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO) às seis de propostas de emenda à Constituição (PEC) que tratam da alteração da maioria penal. O parlamentar defende a aprovação da PEC 20/99, com uma emenda, e a rejeição das demais. A proposta estabelece a maioria penal aos 16 anos.

A emenda apresentada à matéria por Demostenes determina que aos menores de 18 e maiores de 16 anos será imposta uma das medidas socioeducativas previstas em lei, desde que eles não estejam incurso em nenhum dos crimes referidos no inciso XLIII do arti-

go 5º da Constituição – a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos pela legislação como crimes hediondos.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou emenda à PEC 18/99, acrescentando parágrafo segundo o qual “a lei poderá, excepcionalmente, desconsiderar o limite à imputabilidade penal, definindo especificamente as condições, circunstâncias e normas de aplicação da exceção”.

A proposta preserva o atual mandamento constitucional de maioria penal aos 18 anos, como regra, abrindo a oportunidade para se desconsiderar tal limite em casos excepcionais. “Esta lei definirá em que casos e circunstâncias esse limite não será levado em conta. O Congresso terá, assim, a oportunidade de debater o tema, discutindo a quem caberá propor tal desconsideração, quem a concederá, a que crimes será aplicada, que instâncias deverão ser ouvidas, enfim, todas as formas de aplicação de um novo limite”, justificou Jereissati.

Como mais uma contribuição do Senado aos esforços para reduzir a violência, o presidente da Casa, Renan Calheiros, anunciou a criação de uma comissão para debater a autonomia dos estados para legislar sobre segurança pública, idéia surgida pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário do Senado

A sessão de hoje, às 9h, é não-deliberativa. Sem votações, é destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa. Estão inscritos como oradores, entre outros, Gilvam Borges, Marco Maciel e Cristovam Buarque.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Efraim Morais, Gerson Camata, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Mozarildo Cavalcanti e Gilvam Borges e pela senadora Rosalba Ciarlini

Por unanimidade, Comissão de Direitos Humanos aprova reclusão de até 15 anos para o adulto que utilizar menor como “laranja” em atos criminosos

Punição para quem envolver crianças e adolescentes em delito

O adulto que induzir, instigar ou auxiliar criança e adolescente a praticar delitos graves contra a vida e o patrimônio pode ser condenado a até 15 anos de reclusão. A punição rigorosa para uma prática delituosa cada vez mais usada pelo crime organizado está prevista em projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado.

A proposta (PLS 118/03), de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), acolhida de forma terminativa, deve seguir para a Câmara dos Deputados caso não haja recurso para sua apreciação pelo Plenário. A proposição já havia sido aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), conforme lembrou a relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O texto inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a previsão da pena de reclusão variável de quatro a 15 anos (conforme a gravidade do caso) para quem envolver menor de 18 anos em crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão mediante seqüestro e estupro, tráfico ou produção de entorpecentes. Essa pena será aumentada em um terço caso a criança ou adolescente sofra lesão grave, ou duplicada, se o menor morrer.

– A proposta vai contribuir para impedir que menores sejam utilizados como “laranjas” em atos criminosos com a finalidade de proteger os adultos – observou Mercadante.

Durante a discussão, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse considerar que deve haver

diferenciação dos presídios de acordo com a idade dos delinquentes.

Para muitas crianças envolvidas com o crime, opinou Cristovam Buarque (PDT-DF), o fato de estarem presas significa a possibilidade de viverem mais tempo. Assim, frisou o senador, deve haver uma mudança cultural, já que, pela vida que levam, essas crianças não têm medo da prisão ou da morte. Já para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), a pobreza não está necessariamente relacionada ao crime.

Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que, se forem necessárias também mudanças no Código Penal, apresentará uma emenda no Plenário. Na mesma reunião, a CDH criou a Subcomissão Permanente da Criança, Adolescente e Juventude.

Demostenes Torres



Autonomia aos estados para legislar sobre segurança

Demostenes Torres (PFL-GO) vê com bons olhos a sugestão de dar aos estados autonomia para legislar sobre segurança pública.

– A sugestão é plausível e merece ser analisada em alto nível.

O senador observou, entretanto, que essa autonomia deve obedecer a princípios gerais a serem fixados na Constituição federal.

Demostenes é relator das PECs que prevêem a redução da maioria penal, hoje de 18 anos. O relatório do senador propõe limite de 16 anos. Para ele, a violência no país deve ser tratada com medidas em vários setores. Conforme Demostenes, a educação de qualidade e em tempo integral, por exemplo, pode contribuir para evitar que as crianças brasileiras ingressem no mundo do crime.

Patrícia Saboya



“Esses meninos são fruto de uma sociedade doente”

A redução da maioria penal para 16 anos é uma tentativa equivocada de apresentar respostas diante da crise, na opinião da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), e só vai fazer com que os criminosos passem a usar adolescentes ainda mais jovens em atos delituosos.

– A violência em nosso país não se resume à ação de menores que estão matando. Esses meninos são fruto de uma sociedade doente. A rede de proteção à criança é responsabilidade de todos nós: da família, do Estado, da sociedade, e isso não é cumprido.

Segundo Patrícia, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não foi realmente implementado, já que as instituições para menores infratores não oferecem condições de recuperação e ressocialização.

Magno Malta



“Reduzir a maioria penal é estabelecer limites”

Para Magno Malta (PR-ES), o objetivo maior das propostas de redução da maioria penal é estabelecer limites para evitar que crianças e adolescentes cometam crimes.

– Quando você reduz a maioria penal, você dá uma sinalização. Os adolescentes conhecem a lei de cor e sabem que podem fazer tudo, que não vai dar em nada. Então, também vão guardar no coração quando alguém lhes disser que, se fizerem alguma coisa errada, vão perder sua minoridade. Vão pensar nisso antes de colocar o revólver na cabeça de alguém e dar dez tiros – opinou.

Malta é autor da proposta de reduzir a maioria penal de 18 para 13 anos em caso de crimes hediondos (PEC 90/03).



Mercadante, Demostenes, Lúcia Vânia e Virgílio participam de reunião da CDH

Comissão aprova proposta de proteção contra maus-tratos

Outros dois projetos de lei aprovados ontem pela Comissão de Direitos Humanos alteram o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Um deles, de autoria de Lúcia Vânia, dispõe sobre a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao conselho tutelar local.

Segundo a proposta (PLS 163/03), aprovada por unanimidade e em decisão terminativa, professores, profissionais de saúde, autoridades policiais e as pessoas encarregadas do cuidado, assistência ou guarda dos menores são obrigados a informar ao conselho tutelar sobre os maus-tratos sofridos nos ambientes doméstico, público ou institucional.

O projeto ainda define que os maus-tratos incluem agressões

físicas, psicológicas ou sexuais, crueldade mental, tortura, abandono e privação de alimentos.

– Temos que proteger nossas crianças para que elas não sejam futuros delinquentes em função dos abusos sofridos na infância – disse Lúcia Vânia.

Adoção

O outro projeto aprovado pela CDH cria o Cadastro Nacional de Adoções, contendo as listagens de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas e das pessoas interessadas na adoção. A proposta (PLS 27/04), de autoria do então senador e atual governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, foi aprovada na forma de substitutivo apresentado pelo relator, Arthur Virgílio. Por isso, voltará a ser examinada pela comissão, em turno suplementar.

Cafeteira propõe dobrar a pena de criminosos que utilizam menores

Em Plenário, Eptácio Cafeteira (PTB-MA) apresentou ontem projeto que visa dobrar a pena para condenação de quem se utilizar de menor para cometer crime, coagindo, induzindo, instigando, oferecendo vantagem, pagando ou oferecendo recompensa.

A proposta (PLS 41/07) tem teor semelhante ao da aprovada ontem terminativamente pela Comissão de Direitos Humanos.

– O meu partido tomou essa posição na esperança de que esta Casa não invista contra o menor para diminuir a maioria penal – ponderou Cafeteira.

Para ele, no caso do assassinato do menino João Hélio Fernandes Vieites, a sociedade estaria cometendo um engano ao atribuir a culpa ao menor que participou do crime com quatro adultos. “O



Cafeteira diz que intenção é levar a Casa a refletir “e não investir contra os menores”

adolescente não passou de um carona dos maiores envolvidos naquela atrocidade”.

Romeu Tuma (PFL-SP) disse considerar que os adolescentes não estão apenas sendo aliciados por maiores, mas já teriam se tornado, inclusive, indivíduos “de alta periculosidade”.

Para o senador, estados não dispõem de recursos para fazer frente ao avanço da criminalidade. Ele defende a execução de um plano nacional de segurança pública

Garibaldi cobra responsabilidade da União no combate à violência

Os estados não têm como arcar sozinhos com as medidas de segurança pública, em razão da falta de recursos e do aumento da criminalidade. A afirmação foi feita ontem, em Plenário, pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN). Segundo o parlamentar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa assumir a responsabilidade maior pelo combate à violência e não deve ficar tentando vetar o projeto que proíbe o contingenciamento das verbas de segurança pública, aprovado pelo Senado.

– O brutal assassinato do menino João Hélio Fernandes realmente chocou e é a prova cabal de que não estamos no rumo certo – observou.

De acordo com o senador, a



Garibaldi: “País vive crise de segurança que compromete o Estado brasileiro”

partir do fato, iniciou-se uma busca de respostas para o que ele descreveu como uma “grave crise de segurança que compromete o próprio Estado brasileiro”. E a primeira reação foi o debate em

Cidadãos de bem no Brasil são “prisioneiros do medo”, alerta Tuma

Ao discursar ontem em Plenário, Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que o cidadão de bem no Brasil é “prisioneiro do medo” e não sai às ruas temeroso de que algo aconteça, “na certeza de que a evolução do crime não pára”.

Tuma registrou a realização, na quarta-feira, de missa em apoio à família do menino João Hélio, na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, lembrando que a multidão presente pediu, em coro, por socorro. Esse apelo, enfatizou o senador, precisa ser ouvido principalmente por quem tem a

responsabilidade de atender às angústias da sociedade.

O senador ressaltou que a violência não ocorre apenas nas grandes cidades – lembrando que o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, “está em desespero na luta contra a criminalidade” –, mas também em cidades do interior, onde vêm ocorrendo assaltos a banco.

Tuma, que é policial federal de carreira, tendo ocupado o cargo de diretor da Polícia Federal, afirmou que o sistema penitenciário do Brasil também está em crise.

Paulo Paim destaca ciclo de debates promovido pela CDH

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS) anunciou para quinta-feira, a partir das 9h, o início do ciclo de debates “Violência e Direitos Humanos”, uma iniciativa do colegiado. Segundo relatou, está confirmada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Ministério Público Federal e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Na primeira reunião da CDH nesta legislatura, realizada ontem, observou Paim, foram aprovadas dez matérias, além da criação da Subcomissão do Idoso. As discussões em torno do problema da violência têm gerado várias propostas, ressaltou ele, ao defender medidas que acabem com a impunidade de adultos que utilizam menores em crimes.

Virgílio quer flexibilização para a maioria penal

Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu ontem a flexibilização da maioria penal. Na opinião do senador, “não basta baixar a idade” para resolver o problema do cometimento de crimes por menores, sendo preciso determinar “os casos em que um menor deve ser tratado como um maior”.

– Esse adolescente não iria para uma Bangu 1, mas para um estabelecimento próprio para menores, só que, em vez de ficar um, dois anos, ficaria dez, 20 anos, o necessário, de acordo com o tamanho do crime que cometeu – sugeriu o parlamentar.

Ele vê como “esquerda retórica” reduzir o problema da violência a um problema social e condena o argumento de que, resolvendo-se a questão da pobreza, estará resolvida a questão da criminalidade.

– É um insulto às pessoas mais pobres dizer que a pobreza leva ao crime – criticou.

torno da proposta de redução da maioria penal, do senador Demostenes Torres (PFL-GO).

– A proposta está bem elaborada e embasada, mas precisa ser mais bem esmiuçada para a opinião pública e não é a melhor resposta para a questão, no momento – opinou o senador, que defende a execução de um plano nacional de segurança pública.

Garibaldi lembrou que o Brasil tem um sistema prisional falido, que se tornou uma fábrica do crime, para a qual são enviados jovens e crianças impedidos de frequentar escolas e de ter oportunidades de trabalho. Ele duvida que a Justiça tenha condições de avaliar que indivíduos devem ser encarcerados nesse sistema.



Tuma lembra que a violência ocorre tanto em grandes como em pequenas cidades

Mesmo sendo a favor da proposta de redução da maioria penal, ele disse que é contrário ao encarceramento de menores em presídios comuns. O senador por São Paulo sugeriu a criação de entidades especiais.

Efraim faz balanço das realizações da 1ª Secretaria do Senado Federal

O senador Efraim Morais (PFL-PB), reeleito para o cargo de 1º secretário do Senado, fez um balanço das atividades da Primeira Secretaria durante os últimos dois anos. Ele afirmou que o órgão cumpriu seus compromissos e garantiu um salto de qualidade no padrão de trabalho da Casa.

Efraim destacou a realização do 1º Censo do Legislativo Brasileiro, que resultou em um quadro geral do funcionamento do Legislativo em todo o país. Foram levantadas informações sobre a infra-estrutura física, humana e parlamentar, a migração partidária, a produção legislativa, entre outras.

O 1º secretário relatou que das 5.564 câmaras municipais existentes no país, 4.276 – ou 76,8% – aderiram ao Programa Interlegis, do Senado Federal, que articula os legislativos do país. Ele ressaltou que o Interlegis é considerado um dos maiores projetos de inclusão digital do país, democratizando o acesso da população ao Legislativo nos mais distantes municípios.

– Ao investir na construção de um serviço público moderno, democrático e transparente, buscamos estreitar os laços entre Legislativo e sociedade – disse.

Efraim lembrou o trabalho feito pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Universidade do Legislativo (Unilegis). Men-



Segundo Efraim, órgão contribuiu para salto de qualidade dos trabalhos da Casa

cionou a realização de convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, além do apoio relevante ao ensino e à pesquisa. Segundo observou, foram qualificados 7.207 profissionais em cursos de pós-graduação e de extensão universitária, presenciais e a distância, voltados ao atendimento de necessidades específicas do setor público.

Outro ponto que mereceu destaque foi o trabalho de divulgação dos veículos de comunicação da Casa, em especial a TV Senado e a Rádio Senado, que contribuem para uma informação “honestas e imparcial” sobre as atividades do Senado. Ele adiantou que nos próximos dois anos será expandido o sinal da emissora em TV aberta.

Efraim agradeceu o apoio do presidente Renan Calheiros, da Mesa e da Diretoria Geral da Casa no desempenho de seu cargo.

Mário Couto pede conclusão do Hospital Sarah Kubitschek no Pará

A demora na abertura do Hospital Sarah Kubitschek no Pará levou o senador Mário Couto (PSDB-PA) a reivindicar ontem audiência com o presidente da instituição, Aluizio Campos da Paz. Segundo o parlamentar, a obra estaria abandonada há mais de três anos, embora tenham sido previstos, e supostamente liberados, recursos orçamentários para a conclusão do hospital.

– Onde está essa verba? – indagou.

De acordo com reportagem do jornal O Liberal, citada em Plenário, o Ministério da Saúde teria confirmado a transferência desses recursos à direção do Sarah. Mário Couto informou que a construção da unidade do Pará consumiu R\$ 10 milhões e que o Movimento Acorda Pará luta há mais de cinco anos pela sua conclusão.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressaltou que a obra



Apesar de confirmada liberação de verba, obra está abandonada, diz Mário Couto

foi abandonada durante o primeiro governo Lula.

Ainda em seu discurso, Mário Couto citou outra reportagem de O Liberal, apontando o fechamento de hotéis e pousadas na Ilha de Marajó devido à falta de meios de transporte que levem os turistas à ilha. Ele destacou que o turismo é a principal fonte de emprego e renda para os 400 mil habitantes da ilha.



Jonas Pinheiro sugere medidas para que o PAC beneficie campo

Jonas propõe estímulo ao agronegócio

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou ontem que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) precisa ser adaptado para contemplar o agronegócio. Segundo o parlamentar, não foram consideradas nesse programa as demandas próprias do setor de agropecuária.

– O PAC não apresentou nenhuma medida específica que diga respeito ao agronegócio – disse ele, acrescentando que os itens previstos no pacote “atingirão o setor apenas indiretamente, por meio dos investimentos em infraestrutura”.

Jonas Pinheiro sugeriu uma série de medidas para que o PAC beneficie a agropecuária. Entre essas propostas estão o aumento da abrangência do seguro rural, com ênfase na criação de um “fundo de catástrofe”; o aumento de recursos para a defesa sanitária agropecuária, com destaque para a chamada rastreabilidade animal; a implementação de uma política de fomento a cooperativas e associações de produtores; e a desoneração fiscal de todas as cadeias produtivas do setor. O senador propôs ainda a criação de uma comissão especial para analisar o PAC.

Em aparte, a senadora Kátia Abreu (PFL-TO) disse que esse programa privilegia os investimentos em rodovias, mas prevê poucos recursos para obras com hidrovias – as quais, segundo ela, podem baratear o custo de produção não apenas do agronegócio, mas também de outros setores. Ela criticou ainda a gestão do Porto de Paranaguá, no Paraná, que estaria prejudicando o setor.

Licitações e empréstimos em bancos oficiais podem ser proibidos a pessoas e empresas que submetem empregados a condição degradante ou restringem sua liberdade

Comissão aprova projeto contra o trabalho escravo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável a projeto de lei que poderá vir a ser um instrumento no combate ao trabalho escravo. De autoria da ex-senadora Ana Júlia Carepa, governadora do Pará, a proposição proíbe a concessão de empréstimo e a participação em processos de licitação a pessoas físicas ou jurídicas condenadas em última instância administrativa por haver submetido empregado a condição degradante de trabalho ou grave restrição à liberdade individual.

As restrições fixadas pelo projeto (PLS 207/06) serão impostas por um período de dois anos, a partir da data da condenação administrativa, e, no caso de reincidência, por cinco anos. Na avaliação do relator, senador Flávio Arns (PT-PR), a proposta pretende evitar que o progresso do país se faça às custas dos direitos humanos e do meio ambiente, “contribuindo para um modelo de desenvolvimento econômico que se ponha ao lado da distribuição de renda e da inclusão social”.

A proposição também prevê multa



Presidente da CDH, Paim (D) diz que proposição poderá ser analisada em conjunto com similar

ao empregador de R\$ 3 mil por cada trabalhador submetido a condição degradante, valor que deverá ser corrigido anualmente. Também serão punidas as instituições financeiras que liberarem empréstimos a pessoas condenadas por esse tipo de crime, ficando sujeitas a multa de 40% do valor do crédito concedido.

O projeto, que já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), será ainda analisado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Outra proposta

Durante a discussão da matéria na

CDH, em que se pronunciaram os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Nery (PSOL-PA), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Mão Santa (PMDB-PI), o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lembrou que proposta semelhante, mas “muito mais ampla”, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), já foi aprovada na CAS.

O relator Flávio Arns e o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), ressaltaram que vão acompanhar a votação das duas propostas com o objetivo de sugerir que sejam analisadas em conjunto ou apensadas.

Bolsa-Família para carentes que cuidam de pessoas com deficiência

As pessoas carentes que cuidam de pessoas com deficiência ou de portadores de doenças incapacitantes poderão vir a ser incluídas entre os beneficiários do programa Bolsa-Família. Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado ontem em decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). De autoria do senador Augusto Botelho (PT-RR), a proposição (PLS 246/04) objetiva favorecer as famílias em situação de extrema pobreza.

O programa Bolsa-Família, criado pela Lei 10.836/04 com o objetivo de unificar os programas de transferência de renda do governo federal, visa beneficiar famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60). Para Augusto Botelho, trata-se de um reconhecimento a pessoas “abnegadas” que exercem sua missão com “profundo amor”.

– Os familiares envolvem-se emo-

cionalmente com a doença do ente querido, o que confere intensidade ainda maior aos efeitos do trabalho a que se dedicam – frisou.

O relator da matéria, senador Flávio Arns (PT-PR), lembrou que as pessoas com deficiência ou os portadores de doenças incapacitantes já recebem benefício assistencial de um salário mínimo previsto na Constituição, mas esses recursos, segundo o parlamentar, nem sempre são suficientes para cobrir os gastos com o tratamento dessas pessoas.

– Os gastos com medicamentos e tratamentos são expressivos e a necessidade de cuidados pode dificultar, senão impedir, a participação de todos os integrantes da família em atividades remuneradas – enfatizou.

Audiências

Na mesma reunião, a CDH aprovou requerimentos para a realização de audiências públicas. Ficou marcado para 22 de fevereiro, às 9h, um debate sobre questões relativas à violência urbana, a requerimento dos senadores



Gerson Camata elogia decisão do ministro da Agricultura

Proibida importação de café do Vietnã

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou a decisão do ministro da Agricultura, Luiz Carlos Guedes Pinto, com quem se reuniu na quarta-feira, de proibir a entrada no Brasil do café conilon produzido no Vietnã. Ele informou que existe um movimento por parte dos fabricantes brasileiros de café solúvel visando à importação de um milhão de sacas do produto e alertou para os prejuízos que tal operação pode causar.

Segundo Camata, o Brasil é o maior produtor mundial do grão conilon e o Vietnã ocupa a terceira posição. O parlamentar destacou que os fabricantes querem importar o café vietnamita por ele custar R\$ 90 a saca de 60 quilos, enquanto o produto brasileiro é comercializado entre R\$ 190 e R\$ 200. O problema, explicou Camata, é que o conilon – tipo de café utilizado na fabricação de café solúvel – do Vietnã é de péssima qualidade.

– O grão do conilon do Vietnã não é aceito em praticamente nenhum mercado do mundo devido à presença forte de defensivos agrícolas e de pragas perigosíssimas. Nem torrado esse café pode entrar nos Estados Unidos ou na União Européia. O que os fabricantes estão tentando fazer é importar o produto, produzir com ele café solúvel e exportar como café solúvel do Brasil, o que arrasaria a imagem do café brasileiro no exterior – afirmou o senador.



Benefício seria um reconhecimento a pessoas “abnegadas”, afirma Augusto Botelho

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Paulo Paim (PT-RS).

Já no dia 28 de fevereiro, às 14h, e em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão de Previdência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a CDH deverá discutir com o ministro da Previdência Social, Nelson Machado, O Fórum Nacional da Previdência e o Papel do Parlamento. O requerimento foi apresentado por Paulo Paim.

Também foi aprovada a realização, na mesma Comissão de Direitos Humanos, de um ciclo de audiências públicas destinado a debater a origem e a evolução da violência social sob a ótica dos direitos humanos.

Redução da fatia dos estados e municípios na receita dos impostos e crescimento econômico baixo, na opinião de senador, aprofundam “crise do centralismo”

Lobão condena concentração de recursos nos cofres federais

O Brasil vive, de acordo com Edison Lobão (PFL-MA), um “simulacro de federalismo, no qual direitos e deveres são repartidos de maneira intrinsecamente injusta”. Para o senador, a concentração excessiva de receitas tributárias nos cofres da União faz com que o conceito de federação seja esvaziado.

– Talvez o exemplo mais ostensivo disso seja oferecido pela educação. A Constituição de 1988, provavelmente refletindo o extraordinário poder de pressão da área acadêmica, conferiu à União a responsabilidade de atuar no campo da educação superior. Todavia, sobre os ombros dos estados e municípios recai toda a educação básica – avaliou.

Entre as causas estruturais do aprofundamento da “crise do centralismo da União”, Lobão apontou a redução da participação de estados e municípios na partilha tributária, a perda de receitas decorrente de baixos índices de crescimento econômico, a adoção



Para Lobão, modelo centralizador das receitas esvazia o conceito de federação

de indexadores discutíveis para a correção do valor nominal dos débitos, e o uso de conceito de receita corrente líquida inapropriado para a fixação do comprometimento de receitas destinadas ao serviço da dívida.

Em aparte, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), citando estudo da Confederação Nacional dos Municípios, observou que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), proposto pelo governo

federal, em vez de servir como instrumento de apoio ao desenvolvimento da educação básica nos municípios, deverá trazer prejuízo a essas unidades da Federação.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou o “modelo unitário de governo, que obriga os prefeitos a fazerem peregrinações a Brasília para aprovar seus projetos e liberar verbas orçamentárias”. Jayme Campos (PFL-MT) lembrou que atualmente 58% de toda a arrecadação tributária fica com o governo federal; 26%, com os estados; e apenas 16% vão para os municípios.

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que até seu estado, governado por um petista (Wellington Dias), está em situação de desequilíbrio financeiro causado pela escassez de recursos. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) informou sobre requerimento seu apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos propondo a revisão do pacto federativo.



Flexa Ribeiro: IBGE revela expansão do turismo e alta taxa de emprego no estado no Senado.

Ao comentar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Flexa Ribeiro defendeu a inclusão no pacote de obras a serem realizadas no Pará, e propôs ainda que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado acompanhe a implementação do programa.

Augusto Botelho (PT-RR) destacou a importância do programa Calha Norte para a região amazônica – principalmente em sua porção setentrional. Criado em 1985, o programa está subordinado ao Ministério da Defesa.

O senador disse que “a razão

de ser do Calha Norte é a defesa da soberania e o desenvolvimento sustentável da região”.

De acordo com o Ministério da Defesa, a área de atuação do programa corresponde a 32% do território nacional, abrangendo 194 municípios. Vivem nessa

Campos defende desenvolvimento com preservação ambiental

A ideia de que é possível promover o desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso com a preservação das riquezas ambientais foi defendida por Jayme Campos (PFL-MT).

O senador registrou a realização, na última sexta-feira, em Sinop (MT), do seminário “Nortão: Dificuldades, Desafios, Soluções”, que discutiu alternativas para um desenvolvimento combinado com preservação dos ecossistemas dos 41 municípios do norte do estado.

– O evento, promovido pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso, pode ser considerado um marco para a elaboração de um projeto de desenvolvimento sustentável, de ressonância interestadual, servindo de modelo para o Centro-Oeste e a Amazônia Legal – sugeriu Campos.

O parlamentar disse que a sociedade tem o dever de conservar



Para Jayme Campos, é preciso aprender a extrair o suficiente com o menor impacto

o meio ambiente, mas sem deixar de lado as necessidades e expectativas da população local.

Para Jayme Campos, a atual geração precisa aprender a “extrair o suficiente com menor impacto”. Ou seja, são necessários investimentos em tecnologia e educação para que a exploração do solo acarrete o menor custo ambiental possível.

Valdir Raupp questiona Bolívia, contrária a projeto de hidrelétricas

O líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), questionou a posição contrária do governo boliviano à construção das hidrelétricas do Jirau e de Santo Antônio, no rio Madeira.

Raupp disse que os bolivianos contestaram estudos para o licenciamento ambiental a ser concedido às duas obras pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O senador considera estranha o argumento de que a construção das usinas poderia comprometer o meio ambiente boliviano, uma vez que o rio Madeira faria fronteira entre os dois países.

Ele salientou que a área das obras encontra-se integralmente em território brasileiro e que o relatório do Ibama é incontestável.

– As usinas vão receber o maior investimento do Programa de Aceleração do Crescimento e o projeto, de 1995, responde a antiga reivindicação de Rondônia e da região amazônica.

Raupp, que cobrou pressa ao



Jirau e Santo Antônio estão inteiramente em território brasileiro, argumenta Raupp

Ibama na conclusão do relatório definitivo para a licença ambiental, observou ainda que outros dois projetos de usinas hidrelétricas a serem construídas conjuntamente entre os dois países, em parte do território boliviano, poderiam até ser contestados, mas salientou que “Jirau e Santo Antônio estão no Brasil”.

O senador disse esperar que a visita feita por Evo Morales ao Brasil na quarta-feira possa trazer um novo alento em relação a um acordo sobre as usinas.

Augusto ressalta importância do programa Calha Norte

região aproximadamente 8 milhões de pessoas, entre as quais 30% da população indígena do Brasil.

Augusto Botelho afirmou que as atividades do Calha Norte permitem, a um só tempo, a defesa nacional e a fixação do homem

na região. No caso de Roraima, o senador frisou que os recursos do programa financiaram parte do projeto da Vila Olímpica, na capital, e viabilizaram a ampliação e a reforma dos aeródromos de Surucucu, de Pacaraima e de São João da Baliza.



Maranhão: obras destinadas ao estado ou já foram realizadas ou estão sendo concluídas

José Maranhão quer emendas para beneficiar Paraíba

“A Paraíba não pode se satisfazer apenas com os minguados recursos e as obras de pouca expressão e repercussão na sua vida econômica elencadas no Programa de Aceleração do Crescimento”, opinou o senador José Maranhão (PMDB-PB) ao analisar o plano de investimentos anunciado no fim de janeiro pelo presidente Lula. Ele defendeu a união da bancada de parlamentares paraibanos visando apresentar emendas ao plano.

De acordo com o senador, as obras destinadas à Paraíba incluídas no PAC ou já foram realizadas ou estão em fase final de conclusão. Ele antecipou que está preparando duas emendas propondo investimentos nas áreas de saneamento básico e habitação. José Maranhão também sugeriu que os recursos do PAC destinados a essas duas áreas sejam divididos de acordo com a quantidade de habitantes de cada região do país.

Por outro lado, José Maranhão parabenizou o governo federal pela publicação de atos licitatórios para a transposição do rio São Francisco. O parlamentar comentou que a obra é uma solução definitiva para a carência de água que atinge os estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, os únicos que não dispõem em seu território de um curso de água permanente.

O senador Efraim Morais (PFL-PB) concordou com o discurso do colega de bancada e comunicou que o governo federal contingenciou o pagamento de emendas de vários deputados e senadores. Ele disse que as verbas contingenciadas da bancada paraibana são superiores às que o governo reservou para o estado por meio do PAC.

Três ministros e todos os governadores serão convidados a falar sobre o programa, que será acompanhado por uma subcomissão da Casa

Governadores e ministros vão debater o PAC no Senado

Os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, serão convidados para debater o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Paulo Bernardo antecipou sua disposição de comparecer ao encontro, marcado para o próximo dia 7, que contará ainda com a presença já confirmada da chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff.

Todos os governadores dos estados serão chamados a participar do debate sobre o PAC, por proposta do presidente da comissão, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que é autor também do requerimento que convida os ministros para a discussão.

Subcomissão

Também na reunião de ontem

foi criada, no âmbito da CI, uma subcomissão de acompanhamento do PAC. Ao justificar a proposta de criação do novo órgão, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou que as medidas provisórias (MPs) que compõem o programa são polêmicas.

— As MPs 348 e 349, de 2007, que instituíram os fundos de investimentos em infra-estrutura, são as mais complexas, razão pela qual requeiro a criação de uma subcomissão para acompanhamento permanente do PAC — argumentou Flexa Ribeiro.

A comissão acatou ainda proposta do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) para realização de seminário sobre experiências internacionais em parcerias público-privadas (PPPs). O seminário deverá ser realizado em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional (CRE).

Heráclito também é autor de dois requerimentos extrapauta. Um deles pede a realização de audiência pública com os presidentes das empresas aéreas que operam em Congonhas (SP) para debater as condições do aeroporto. O outro sugere uma discussão pública com o comandante da Aeronáutica e o responsável pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo para debater a segurança do transporte aéreo no país.

A Justiça chegou a suspender, na semana passada, operações de aviões de grande porte no Aeroporto de Congonhas devido a derrapagens de aeronaves que ocorreram no local. As operações foram liberadas após recurso da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).



Arthur Virgílio: operação promovida pela Polícia Federal foi suscitada pela Suframa

Virgílio destaca combate a fraudes na Zona Franca

Arthur Virgílio (PSDB-AM) comentou ontem, em Plenário, a realização da Operação Rio Nilo, promovida pela Polícia Federal para desarticular um esquema de fraudes contra incentivos fiscais administrados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A operação teve o apoio da Secretaria da Fazenda de São Paulo, da Receita Federal e da própria Suframa. Mandados de prisão e de busca e apreensão foram cumpridos nos estados do Amazonas, de São Paulo, da Bahia e de Alagoas.

Conforme nota da Polícia Federal, lida pelo senador, as empresas fraudadoras simulavam operações de compra e venda de mercadorias, usando incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM), que resultavam no direito a créditos tributários. Tais créditos acabavam sendo compensados junto à Receita Federal ou à Fazenda Estadual ou eram negociados com terceiros. Transportadoras e despachantes também participavam do esquema, subornando vistoriadores da Suframa para endossar os protocolos de internamento de mercadoria nacional (PINs) sem vistoriar a carga.

O parlamentar observou que a investigação foi suscitada pela Suframa, descobrindo-se que, entre 2002 e 2006, 11 empresas de São Paulo beneficiadas pelo esquema simularam remessas de R\$ 343 milhões. Só a Secretaria da Fazenda de São Paulo amargou R\$ 18 milhões em prejuízos com essas negociatas.

Arthur Virgílio também cumprimentou o governo Lula por garantir o acordo de manutenção da exclusividade da ZFM na concessão de incentivos fiscais para a produção de conversores de sinal digital e a futura fabricação de aparelhos de TV digital. Ele apresentou ainda voto de lembrança pela passagem do terceiro aniversário da morte do fundador do PSDB, o ex-senador José Richa.



Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Marconi Perillo (E) é autor do requerimento que irá discutir iniciativa lançada pelo governo

Marconi anuncia projeto sobre agências reguladoras

Marconi Perillo anunciou, na reunião de ontem, que a Comissão de Infra-Estrutura vai elaborar projeto de lei sobre o papel das agências reguladoras. Ele afirmou que, assim, o Senado vai colaborar para que as agências ofereçam segurança jurídica aos investidores e, ao mesmo tempo, defendam os consumidores.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) declarou que a recente crise no setor de transporte aéreo mostrou que as agências não defendem os consumidores e não punem as empresas. Collor, que elogiou o Programa de Aceleração do Crescimento, observou que a ideia de maior participação do Estado nas agências regula-

doras, defendida pelo governo, é positiva.

Quarentena

Ao comentar questão levantada por Collor, sobre a contratação dos ex-presidentes dessas agências por empresas do setor com salários que superam US\$ 20 mil mensais, Marconi Perillo disse que a comissão deverá discutir se a quarentena para os diretores de agências deve ser de três ou quatro anos.

Por sua vez, Heráclito Fortes defendeu a autonomia das agências e citou como exemplo positivo o trabalho do presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelmann, presente à reunião. O parlamentar

lembrou que medidas recomendadas pela Aneel impediram um novo apagão no Brasil nos últimos anos.

Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que as agências reguladoras deverão exercer papel importante na execução do Programa de Aceleração do Crescimento. Ele advertiu que, para garantir aumento de 5% do produto interno bruto (PIB) previsto no PAC para o ano que vem, é necessária a conclusão de obras como a hidrelétrica de Belmonte, no Pará, cujo projeto foi iniciado há aproximadamente 20 anos.

— Sem obras no setor elétrico teremos um apagão nos anos de 2009 e 2010 — alertou.

Parlamentar que deixar o partido pelo qual se elegeu perderá a cadeira no Senado ou na Câmara, conforme mudança sugerida na Constituição pelo senador

Maciel propõe que partidos sejam donos de mandatos

Marco Maciel (PFL-PE) anunciou ontem a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) estabelecendo que os mandatos parlamentares pertencerão aos partidos e não mais aos eleitos. Assim, quem decidir deixar o partido pelo qual se elegeu perderá a cadeira no Senado ou na Câmara dos Deputados.

– O Brasil precisa de algo mais do que a chamada reforma política, precisa de uma reforma institucional, que deve ser feita no primeiro ano de governo. Mas juntar tudo num projeto só dificultaria a aprovação – explicou Maciel, em entrevista a jornalistas em seu gabinete.



Maciel defende criação de novo sistema eleitoral, projeto que está na Câmara

O parlamentar é autor da PEC 2/07, que estabelece a cláusula de desempenho para que os partidos políticos tenham direito, por exemplo, às verbas do Fundo Partidário. Com parecer

favorável do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), a matéria poderá ser apreciada no dia 28 deste mês na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pela proposta, os partidos que não alcançarem pelo menos 5% de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados serão impedidos de funcionamento parlamentar.

Para Maciel, outros temas são importantes para o aprimoramento institucional do país, como os projetos que aumentam de um para dois anos o prazo mínimo de filiação dos candidatos, em caso de mudança de partido, e o que cria um novo sistema eleitoral, ambos tramitando na Câmara.

Projeto altera distribuição do Fundo Partidário

Foi encaminhado ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado projeto que altera critérios para a distribuição do Fundo Partidário. Apresentada pelos líderes do PT, PSDB, PMDB e PFL na Câmara na quinta-feira passada, a proposta (PLC 17/07) foi aprovada ontem por aquela Casa.

O texto assegura a destinação de 5% dos recursos do fundo, de forma igualitária, a todos os partidos. Os outros 95% serão distribuídos na proporção dos votos obtidos por partido na última eleição para a Câmara.

A apreciação do projeto veio logo após decisão do Tribunal Superior Eleitoral de distribuir igualmente 42% do fundo a todas as legendas. Embora a proposta rebaixe o percentual para 5%, ele já é maior que o valor anterior à mudança, de 1%.

Cristovam prega escola de tempo integral, dos quatro aos 18 anos

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu ontem uma revolução que comece pelo próprio conceito de revolução. Ele classificou a proposta como uma “revolução doce”, em que não se modifique regimes econômicos, mas procure-se obter um capital sintonizado no futuro através da educação.

– No lugar das armas, o lápis; no lugar dos guerrilheiros, professores; no lugar da desapropriação, a disseminação do conhecimento – ensinou o parlamentar, ao sugerir que as crianças frequentem escolas de tempo integral, dos quatro aos 18 anos de idade.

O senador lembrou que na reunião de ontem da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da qual faz parte, foi aprovado um projeto de lei da ex-senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) que proíbe o acesso a incentivos fiscais para as empresas agrícolas que utilizem



“No lugar de armas, lápis; no lugar dos guerrilheiros, professores”, quer Cristovam

trabalho escravo.

– Tem alguma coisa errada neste país. É grave que, no século 21, tenhamos passado uma hora discutindo um projeto para não dar incentivo a quem explora trabalho escravo. A gente precisa de uma revolução e não de medidas paliativas que não resolvem o problema. Votei a favor porque é melhor com elas do que sem elas, mas não é o ideal – afirmou.

Voto de pesar pela morte do médico Carlos César Formiga

O Senado apresentará condolências à família do médico Carlos César Formiga Ramos, que faleceu em Natal na quarta-feira. O requerimento, que também pede inserção em ata de voto de pesar, foi apresentado pela senadora Rosalba Ciarlini

(PFL-RN). Carlos César era irmão do ex-prefeito de Natal, Marcos César Formiga.

Outro requerimento aprovado, dos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Augusto Botelho (PT-RR), Tião Viana (PT-AC), Lúcia Vânia (PSDB-

GO), Pedro Simon (PMDB-RS), Raimundo Colombo (PFL-SC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Mário Couto (PSDB-PA) e Papaléo Paes (PSDB-AP), prevê homenagem na sessão de 4 de setembro aos 35 anos da Rede Amazônica de Televisão.

Mozarildo Cavalcanti comenta propostas de documento do PTB

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comentou ontem agenda de propostas aprovadas no Congresso Trabalhista Brasileiro, promovido por seu partido nos dias 7 e 8 de fevereiro em Brasília. O objetivo principal do encontro, que teve como lema “O PTB não vai deixar mexer nos direitos do trabalhador”, foi discutir a reforma da Previdência Social e a reforma trabalhista.

Os temas da reforma da Previdência Social e da Consolidação das Leis do Trabalho foram escolhidos, diz o documento lido por Mozarildo, por terem retornado ao centro das discussões políticas como instrumento de ajuste econômico. Após estabelecer como princípio inalienável a obrigato-



Mozarildo: encontro do partido discutiu reformas da Previdência e trabalhista

riedade de referendo para validar quaisquer alterações no regime previdenciário e na CLT, a agenda de propostas do PTB divulgada por Mozarildo definiu vários objetivos a serem seguidos pelo partido nas duas discussões.

Crescimento com justiça social é desafio, diz Gilvam

Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou ontem, em Plenário, que o crescimento econômico vinculado com justiça social é um desafio não só para o Brasil, mas para todas as democracias modernas. Ele demonstrou otimismo quanto à capacidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de alavancar o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Conforme o senador, o PAC contém medidas que objetivam a expansão dos investimen-



Gilvam Borges demonstra otimismo com metas de desenvolvimento do PAC

tos públicos e privados para aumentar o crescimento econômico. Lembrou que estão previstos investimentos em infra-estrutura acima de R\$ 500 bilhões entre 2007 e 2010, a maior parte para o setor de energia (geração e transmissão): mais de R\$ 270 bilhões.

Valter Pereira aplaude manifesto de artistas em favor da Amazônia

Valter Pereira (PMDB-MS) comemorou ontem, em Plenário, publicação de manifesto de artistas da TV Globo contra a devastação da floresta amazônica. O senador disse que a destruição da floresta, que chocou os atores da minissérie Amazônia, signatários do documento, não surpreende parlamentares e ambientalistas, devido às frequentes denúncias, no Congresso, de ações predatórias de madeireiros na região.

– Ganha relevo o depoimento de Juca de Oliveira, Chistiane Torloni e outros artistas porque eles estão atuando diretamente no palco desse monumental templo ecológico chamado Amazônia – disse Valter Pereira.



Valter Pereira informa que 16% da Amazônia Legal já foram desmatados

Conforme o senador, a derrubada da vegetação na região avança em ritmo perigoso e 16% da Amazônia Legal já foram desmatados, o equivalente a três vezes a área do estado de São Paulo.